



MENSAGEM Nº 09/2022

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar o presente Projeto de Lei nº 09/2022, que
“**Acrescenta o Artigo 12-A e Parágrafo único à Lei n. 2.490 de 06 de Março de 1.989 que
“Institui o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e dá outras providências.”**

Felizmente somos um Município em grande expansão, motivo pelo qual se verifica a existência de diversas edificações.

Ocorre que nem sempre tais edificações ou aumentos constam da respectiva matrícula do imóvel o que acarreta uma dissonância entre as informações constantes do registro no cartório imobiliário e as constantes dos cadastros municipais.

Tais casos tem acarretado atraso no recolhimento do ITBI – Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, pois, conforme dito alhures, há divergência entre a área constante da matrícula e a área construída.

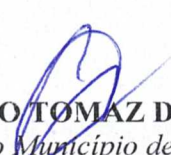
Para tanto propõe-se a emissão de 02 (duas) guias de ITBI, uma com as informações constantes da matrícula do imóvel e outra com as informações cadastrais do município de forma a propiciar mais agilidade e consequente arrecadação do tributo municipal.

Ressalte-se inexistir qualquer prejuízo ao erário vez que o imposto será recolhido na integralidade, ou seja, considerando a área efetivamente existente.

Ademais, ficará o contribuinte responsável a apresentar projeto e promover a averbação do aumento de sua construção conforme prevê o parágrafo único do projeto.

Portanto, conta-se, desde já, com o pleno apoio dos n. Edis para a aprovação do Projeto de Lei aqui apresentado.

Iturama-MG 26 de janeiro de 2022.


CLAUDIO TOMAZ DE FREITAS
Prefeito do Município de Iturama/MG.

PROJETO DE LEI Nº 09/2022

“Acrescenta o Artigo 12-A e Parágrafo único à Lei n. 2.490 de 06 de Março de 1.989 que “Institui o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais prevista no Inciso I, do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º A Lei nº 2.490 de 06 de Março de 1.989, passa a vigorar acrescida do Artigo 12-A com a seguinte redação:

Art. 12-A Em caso de divergência quanto às informações constantes da matrícula do imóvel e as lançadas nos cadastros municipais, ou existentes de fato sobre o bem imóvel, o imposto deverá ser recolhido considerando a totalidade do terreno e das benfeitorias existentes, podendo ser emitidas múltiplas certidões necessárias para fins de averbação e registro.

Parágrafo Único Após o recolhimento a que alude o caput deste artigo, constatada a existência de benfeitorias ou aumentos não averbados, ficará o adquirente obrigado ao cumprimento das obrigações contidas no Capítulo III da Lei Complementar 09 de 23 de Dezembro de 2003.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Finanças, Justiça e
Legislação para oferecer parecer.
Sala das Sessões, 07/02/22

Iturama-MG, 26 de janeiro de 2022.

Presidente da Câmara

CLAUDIO TOMAZ DE FREITAS
Prefeito do Município de Iturama/MG

Aprovado em três discussão
por unanimidade
Sala das Sessões em 07/02/22
O Presidente

A Sanção

Sala das Sessões em 07/02/22

O Presidente

ORDEM DOS DIAS DAS REUNIÕES

VISTO DO PRESIDENTE

24/02/22

EM

EM